



## ***Pessoas desaparecidas: Uma etnografia para muitas ausências***

Resenha de: FERREIRA, Letícia. *Pessoas desaparecidas: Uma etnografia para muitas ausências*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 292p.

■ Maria Dinalva Leite Damaceno

e-mail: maria.damaceno1@gmail.com

*Pessoas desaparecidas: Uma etnografia para muitas ausências*, publicado em 2015 pela Editora UFRJ, apresenta uma etnografia das desigualdades pensando em uma antropologia do Estado. O livro, ao buscar compreender a construção das desigualdades, preenche uma lacuna ainda existente e com grande demanda, embora desde de 2010 tenha surgido uma grande quantidade de trabalhos sobre o tema das pessoas desaparecidas, especialmente na área da antropologia e da sociologia.

Ele nasce da tese de doutorado da antropóloga Letícia Ferreira, defendida no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2011. A maneira agradável com que a escrita é construída pela autora torna a leitura leve, apesar de tratar de um problema social grave. Letícia propõe pensar uma antropologia do Estado a partir dos *artefatos* que o constituem. Esse é um termo utilizado pela autora para se referir àquilo que o Estado usa para materializar sua gestão: papéis, viaturas, policiais, investigações. No caso da etnografia apresentada, os artefatos são aquilo que o Estado utiliza para gerir os desaparecimentos de pessoas, com suas inúmeras nuances que “condensam temporalidades”, em uma referência ao poema *Desaparecimento de Luísa Porto* de Drummond de Andrade, apresentado na epígrafe da conclusão do livro.

Como são produzidos os desaparecimentos categorizados em documentos esquecidos em arquivos? Como são feitas as investigações de pessoas desaparecidas, cujas famílias são empurradas pelo Estado para as desigualdades localizadas nas periferias? É desses questionamentos iniciais que Letícia Carvalho parte para a análise nesse trabalho etnográfico inquietante, seja por meio dos relatos de parentes que vão à Delegacia de Polícia Civil fazer a denúncia do desaparecimento de um membro da família, seja por meio da observação da condução das investigações pela própria polícia.

A organização do livro se dá em cinco capítulos, além da introdução e da conclusão. O capítulo 1 é dedicado à apresentação da pesquisa; os capítulos 2 e 3 são voltados à análise da administração policial sobre casos de desaparecimento; e os capítulos 4 e 5 dedicam-se a analisar a construção do desaparecimento apresentada em eventos da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (Redesap) não apenas como ocorrências policiais que devem ser investigadas, mas como um problema social que precisa ser enfrentado e prevenido.

No primeiro capítulo, intitulado “Nada opor: Um problema de pesquisa e seus trâmites” a autora faz a apresentação geral da pesquisa e de sua entrada no trabalho de campo, que começa no Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP). Trata-se de uma repartição policial em que ela inicia seu contato com a leitura e a transcrição dos documentos produzidos nas investigações dos desaparecimentos, bem como com policiais que trabalhavam no local — um deles foi quem a orientou sobre como conseguir a autorização de que necessitava para fazer a pesquisa. Desse local, Letícia segue para os salões de convenção e gabinetes de eventos da Redesap.

A partir do capítulo 2, “Salvo melhor juízo: Uma ocorrência policial e suas rotinas”, a autora entra no universo das delegacias de Polícia Civil para responder à indagação central sobre como são registrados, investigados e arquivados os casos de desaparecimento de pessoas. O contato com pessoas de outras instituições e ONGs que integram a Redesap a leva a refletir sobre o que define o desaparecimento. Se crime não é, punição não há. Nesse sentido, para ser fato típico e punível, teria que haver uma tipificação da culpabilidade pelo desaparecimento. É por essa ausência de tipicidade, por não se tratar de crime, que a polícia tenta delimitar suas atribuições relacionando-as a crimes. Se não faz parte de suas atribuições investigar fatos que não sejam definidos como crimes, a polícia não poderia fazer investigações como as relativas a desaparecimento de pessoas, por tratar-se de problemas de família que estão mais no âmbito da assistência social.

No capítulo 3, “Esgotadas todas as possibilidades: Uma ocorrência policial e seus artefatos”, Letícia questiona sobre as estratégias e os recursos, chamados de artefatos, usados pela polícia para lidar com os casos de pessoas desaparecidas em meio às demais tarefas policiais. A autora faz uma aproximação entre a genealogia do biopoder, desenvolvida por Michel Foucault em sua análise do poder de governar a vida, e pesquisas antropológicas sobre a formação da polícia no Rio de Janeiro, que tinha entre suas atribuições zelar pela manutenção da ordem pública e decoro moral para coibir a mendicância, a embriaguez e comportamentos tipificados como contravenções, e não crimes.

Letícia afirma que os atos que constituem o trabalho policial, em sentido amplo, sobre os desaparecimentos são artefatos da gestão policial funcionam como artefatos centrais dos desaparecimentos no Brasil. Trata-se de um problema que tem despertado cada vez mais atenção e interesse, tanto na pesquisa acadêmica, quanto na mobilização de iniciativa de ONGs fundadas por familiares de pessoas desaparecidas que atuam para dar visibilidade ao problema por meio da construção de estratégias de enfrentamento.

Já, no capítulo 4, “É o que me cumpre informar: Um problema social e seus embates”, a autora analisa eventos como o Redesap, fundada em 2002 e composta por cerca de 50 instituições, sendo a maior parte delas delegacias especializadas na investigação de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Também fazem parte órgãos dos poderes Judiciário e do Executivo e ONGs fundadas por familiares de pessoas desaparecidas.

A criação da Redesap é uma resposta à construção do fenômeno dos desaparecimentos como um problema social que produz desigualdades. A pesquisa etnográfica realizada por Letícia evidencia que o Estado enfrenta o problema de maneira simplista, sem desenvolver

estratégias de enfrentamento das desigualdades. Ao atribuir à polícia a obrigação de documentar, investigar, acompanhar e arquivar os desaparecimentos, quando poderia construir políticas públicas em conjunto com instituições como a Redesap e as ONGs que a compõem, o Estado não apenas impede que o problema receba a atenção que necessita, mas o invisibiliza, reduzindo-os a casos de polícia.

Último capítulo, “Isso é coisa do destino: Algumas formas escorregadias de classificação”, é dedicado à iniciativa da Redesap para a implementação de um Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que seria vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). Nesse capítulo, a autora apresenta reflexões e debates sobre o campo em que deveria ser situado o problema dos desaparecimentos, se no da segurança pública ou da assistência social, e sobre quais deveriam ser as características de casos de desaparecimentos que poderiam ser categorizados no âmbito de uma investigação criminal. Nesse ponto, Letícia faz uma autocrítica sobre sua postura ativa em relação às políticas públicas e reconhece que sua presença na Redesap tem a dimensão dialógica intrínseca do fazer etnográfico. O livro é o resultado dessa etnografia das desigualdades.

Foram analisados e transcritos 172 casos de desaparecimento de pessoas em Registros de Ocorrência. Desses, 52 foram selecionados e 39 tiveram a transcrição literal destacada ao longo das 292 páginas do livro, em caixas de texto. A transcrição literal em destaque mantém a coesão dos Registros de Ocorrência com o texto narrado em primeira pessoa. Assim, a autora pôde manter a autonomia de cada caso entre o texto antecedente e o posterior e compartilhar com a leitora e o leitor a sensação que experimentou ao abrir os armários e as gavetas do SDP e se deparar com os inúmeros casos de pessoas desaparecidas, que o Estado torna invisíveis por meio dos artefatos por ele criados para a produção e gestão das desigualdades. Essa técnica descritiva e analítica revela o cuidado que Letícia teve com cada detalhe de seu fazer etnográfico, para além de compartilhar sua sensação ao se deparar com tantos registros de ocorrência. É inegável, ao longo de todo o livro, o respeito ao público leitor.

Outro motivo que leva a autora a recorrer às caixas de texto para dar destaque aos casos é tornar explícitos certos aspectos que a pesquisa revela serem fundamentais sobre o modo de produção do desaparecimento de pessoas no Brasil. Para fazer a classificação não apenas dos desaparecimentos, mas também de outros eventos, é necessário que haja fronteiras para distinguir entre o ordinário e o extraordinário que transforma a ocorrência policial em problema social e transfere às famílias das pessoas desaparecidas não apenas a obrigação de procurar a polícia para se informar sobre o desaparecimento de familiar, na esperança de uma investigação que solucione o problema, mas também a necessidade de se engajar em eventos públicos para impedir que a invisibilidade leve ao esquecimento da pessoa desaparecida.

Um dos casos mais emblemáticos de desaparecimento é o do pedreiro Amarildo Dias de Souza, ocorrido em 14 de julho de 2013, que reflete bem a pesquisa etnográfica de pessoas desaparecidas. Após ser conduzido a uma delegacia próxima ao local onde residia com a família, Amarildo não mais retornou. Dois dias depois, familiares foram à delegacia para denunciar o desaparecimento. Apesar de não ter sido localizado, a polícia deu o caso por encerrado, deixando a cargo da família prosseguir com as investigações.

Partindo dessa etnografia multissituada, que Letícia explica em nota de rodapé tratar-se de uma tendência na pesquisa etnográfica para a análise de objetos descontínuos, em que a etnógrafa e o etnógrafo assumem posições de observação e participação, logo na introdução ela se pergunta o que é o desaparecimento de pessoas e quais referenciais podem se conectar aos diferentes usos do termo. A autora se guia pelo objetivo geral de compreender esse que é um grave problema social que reclama a urgência do Estado para criação de estratégias de enfrentamento por meio de políticas públicas.

Os caminhos percorridos por Letícia para realizar seu estudo etnográfico passam por diversos órgãos públicos vinculados ao governo estadual do Rio de Janeiro, delegacias comuns e especializadas, batalhões de polícia, conselhos tutelares, hospitais, Instituto Médico-Legal (IML) e Instituto de Segurança Pública (ISP). Alguns desses órgãos sofreram alteração em suas funções nos últimos anos, entre eles o ISP, órgão do governo do estado do Rio de Janeiro que, à época da pesquisa, publicou um importante estudo com um mapeamento dos desaparecimentos ocorridos no estado.

A administração dos casos de desaparecimento de pessoas é um processo de delegação de responsabilidade feita no próprio Registro de Ocorrência, com o encaminhamento de ofícios de uma delegacia para outra e telefonemas regulares para as famílias, a fim de saber se a pessoa retornou ou se tiveram notícias de seu paradeiro, quando não são as famílias que tomam a iniciativa de telefonar para as delegacias, que dão como solucionados e encerrados e em seguida arquivam os casos. É contrastante o desinteresse policial no preenchimento de papéis sobre pessoas desaparecidas consideradas de nenhuma importância, que não produzem visibilidade, e nos desaparecimentos de celebridades, que despertam o interesse da mídia e demandam investigação criminal. O destaque para a frustração de policiais com a falta de reconhecimento público pelo trabalho que realizam com registro, investigação e arquivamento de casos de pessoas desaparecidas e desimportantes, que desperta a solidariedade da autora, demonstra que a postura do fazer etnográfico é de aproximação da pesquisa com o objeto pesquisado.

Vale ressaltar que a dissertação de mestrado da autora também virou livro, tendo sido publicado pela editora E-papers em 2009, com o título *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Nessa pesquisa etnográfica, a autora analisou as profundas relações de desigualdades na identificação de corpos que, por serem desimportantes, permaneceram com a etiqueta de não-identificados de 1942 até 1960 no IML, revelando que a forma de classificação daqueles corpos representa a maneira como ocorrem a produção e gestão específicas, caracterizadas pelo desprezo e pela falta de entendimento sobre a utilidade que os documentos poderiam ter. Para além disso, essas características se referem também aos corpos pesquisados pela autora.

Como conclusão, esta resenha aponta a importância do livro *Pessoas desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências* para pesquisas acadêmicas em diversas áreas, especialmente as ciências humanas e sociais, por tratar-se de uma fonte indispensável de informações e apresentar um roteiro completo que facilita o mapeamento dos desaparecimentos. O livro

também é de muita utilidade para estratégias voltadas ao enfrentamento desse que é um grave problema social, pois detalha como é gestada e administrada a produção do desaparecimento de pessoas e suas invisibilidades.

**Maria Dinalva Leite Damaceno** é Mestranda do Programa em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em direito pelo Instituto Metodista Bennett (IMB).

### Referências

FERREIRA, Letícia. **Dos autos da cova rasa**: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

FERREIRA, Letícia. **Pessoas desaparecidas**: Uma etnografia para muitas ausências. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

#### Como citar:

DAMACENO, Maria Dinalva Leite. Resenha de *Pessoas desaparecidas*: Uma etnografia para muitas ausências. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, p. 187-191, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>